

IX ENCONTRO DA ABCP

Área temática:
Instituições Políticas

Trabalho:
**O ESPAÇO DAS FUNDAÇÕES PARTIDÁRIAS NO BRASIL:
Institucionalização de partidos, carreiras políticas e perfis intelectuais.**

Autores:
Profa. Dra. Eliana Tavares dos Reis (PPGCSoc/LEEPOC-UFMA)
Prof. Dr. Igor Gastal Grill (PPGCSoc/LEEPOC-UFMA)

Brasília, DF
04 a 07 de agosto de 2014

O ESPAÇO DAS FUNDAÇÕES PARTIDÁRIAS NO BRASIL: Institucionalização de partidos, carreiras políticas e perfis intelectuais.

Profa. Dra. Eliana Tavares dos Reis (PPGCSoc/LEEPOC-UFMA)
Prof. Dr. Igor Gastal Grill (PPGCSoc/LEEPOC-UFMA)

Resumo: O artigo analisa o espaço das fundações partidárias no Brasil, alicerçado em dois eixos que informam a relevância dessa arena de formulação e transmissão ideológica: 1) apreender múltiplas intersecções possíveis entre lógicas e domínios políticos e intelectuais a partir da exploração de uma arena específica; 2) a configuração (estrutural e sociográfica) dos mesmos constitui-se em indicador robusto do grau de institucionalização dos próprios partidos políticos, haja vista a correlação entre a relativa autonomia ou dependência que possuem vis-à-vis às organizações partidárias. São, então, cotejados dados referentes à emergência e à cronologia de criação das fundações partidárias, à estrutura organizacional das mesmas (site; sedes; setores; divisão de tarefas/papeis; exigências de especialistas variados; produtos, como cartilhas, atas, publicações; cursos; etc.), bem como ao perfil dos presidentes e ex-presidentes, sempre correlativamente à caracterização dos partidos correspondentes e às conjunturas históricas e políticas. As informações foram sistematizadas mediante a construção de um banco de dados sobre as entidades e de um quadro prosopográfico de suas equipes.

Palavras-chave: fundações, elites, intelectuais, partidos.

Apresentação

Apesar da significativa produção acerca das organizações políticas no Brasil, é possível afirmar que o estudo dos institutos de pesquisa e das fundações partidárias ocupa uma posição relativamente marginal nas reflexões desenvolvidas no âmbito da Ciência Política no país. No *paper* ora proposto, pretende-se demonstrar que a análise tanto das características institucionais como das propriedades sociais, políticas e culturais dos agentes, conjugada à apreciação das condições históricas nas quais emergem e das modificações que passam no decorrer do tempo, revelam o valor heurístico de se concentrar na investigação desse espaço. Em primeiro lugar, grifa-se que a configuração (estrutural e sociográfica) dos institutos e fundações constitui-se em indicador robusto do grau de institucionalização dos próprios partidos políticos. Em segundo lugar, sublinha-se a possibilidade de apreender diferentes estágios das múltiplas intersecções possíveis entre lógicas e domínios políticos e intelectuais a partir da exploração de uma arena específica. Logo, permitindo averiguar como os mesmos são, a um só golpe, produto e produtores de investimentos mais ou menos direcionados dos seus componentes¹.

Alguns apontamentos sobre a perspectiva analítica

Desde as reflexões de Max Weber² até a chamada redescoberta das “instituições” por diversas vertentes denominadas de “neo-institucionalistas”, o exame da vinculação entre fatores macro-históricos (sociais, culturais, ideológicos, políticos) e comportamentos de indivíduos, atores, agentes, etc., é ponto nevrálgico de debates. As dinâmicas e regras institucionais têm fornecido variáveis centrais para capturar a estruturação e o funcionamento

¹ Este é o primeiro mapeamento de uma investigação que será desdobrada, mormente, em análises de casos representativos, o que permitirá uma apreensão mais qualitativa dos princípios e práticas, dos interesses e concorrências, das estratégias e constrangimentos que nutrem o espaço das fundações partidárias no Brasil.

² WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993.

de instâncias de mediação situadas entre processos mais amplos que condicionam lógicas de atuação (do ponto de vista diacrônico e/ou sincrônico) e práticas distintas analisadas a partir de domínios específicos de inscrição dos agentes ³.

No plural, as “instituições” ou os processos de institucionalização constituem um terreno fértil para a observação, a comprovação e a refutação de princípios que presidem os comportamentos humanos; no singular, a “instituição” se afirma como conceito intermediário que permite problematizar oposições binárias (não raro estéreis) que atravessam as Ciências Sociais, como as antinomias entre macro x micro; sociedade x indivíduo; holismo x atomismo; dedutivismo x indutivismo; etc⁴.

Partindo das orientações de Weber, o grau de coesão e de durabilidade das diferentes formas de organização da atividade política, ao longo do tempo, é tributária da articulação indissociável de duas dimensões. Uma dimensão de identificação, vinculando horizontalmente agentes que compartilham crenças e valores traduzidos na imprescindibilidade da ordem da qual participam; e uma dimensão de autoridade, que os associa verticalmente em um sistema de mandos e obediências a agentes, competências, rituais, regras, estatutos, etc. instituídos como legítimos. Dimensões cujos conteúdos (mais ou menos estáveis ou formais) são congruentes com as distintas fases das configurações históricas, sociais e institucionais. O que se expressou na verificação do *continuum* polarizado entre agrupamentos de notáveis e empresas de dominação.

Valem aqui duas ponderações. A primeira, que essa distinção analítica⁵ – que anda *pari passu* com a descrição do processo de afirmação crescente dos profissionais da política em detrimento do domínio dos “homens de prol” – não deve corresponder à atribuição de uma mera substituição ou ruptura, mas à adoção de uma perspectiva que focaliza dinâmicas de oposições/tensões, osmose/interpenetrações⁶. A segunda é que é preciso relativizar o peso dado à ausência de remuneração como critério principal de definição do “notável”, e explorar cenários de ajuste de *notabilidades* à formação de uma elite política profissionalizada⁷. Quer dizer, é frutífero questionar como gerações de políticos profissionais reúnem e mobilizam suportes de reputação pessoal oriundos de uma diversidade de domínios e lógicas, erguendo carreiras profissionalizadas e habilidades para o exercício de

³ O que pode ser indicado com base nos dois eixos de comparação entre as versões histórica, de escolha racional e sociológica de “neoinstitucionalismos” utilizados por Peter Hall e Rosemary Taylor (2003), referentes às relações entre instituições e comportamentos; e o surgimento e a modificação das instituições.

⁴ DULONG, D. Sociologies des institutions politiques. Paris: La Découverte, 2012; FREYMOND, N. La “redécouverte” des institutions par les sociologues; paradoxes et oppositions dans le renouvellement de l’analyse institutionnelle. In: LAGROYE, J.; OFFERLÉ, M. (Org.). *Sociologia de l’institution*. Paris: Belin, 2011.

⁵ Por meio dessa oposição, foram estabelecidas tipologias que visam tanto distinguir os partidos próprios às etapas de constituição dos regimes representativos (transferência gradual do controle dos notáveis para as burocracias partidárias), como compará-los dentro de um mesmo contexto nacional no que se refere ao grau de institucionalização das agremiações ou objetivação dos aparelhos. Diversos autores elaboram modelos de caracterização dos partidos que refletem sobre o grau de controle e distribuição de recursos (materiais e simbólicos) por parte das lideranças e organizações partidárias nos resultados do jogo político e nas chances efetivas de ingresso/ascensão em carreiras políticas. Ver, entre outros, MANIN, B. *As metamorfoses do governo representativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. n.º 29, 1995; OFFERLÉ, M. *Les Partis Politiques*. Paris: PUF, 1987; PANEBIANCO, A. *Modelos de Partidos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005; DUVERGER, M. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

⁶ GRILL, I. G. Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. *Revista Sociologia e Política*, n.º 30, 2008; PHELIPPEAU, E. *L’invention de l’homme politique moderne*. Paris: Bélin, 2002.

⁷ Ver POLITIX, “Dossier: Trajectoires de la notabilité”. *Revue des sciences sociales du politique*. Vol. 17, N.º 67. Troisième trimestre, 2004.

funções especializadas justamente das *multiposicionalidades*, *multidimensionalidades* e *multinotabilidades*⁸ usufruídas (o que pode parecer ambivalente).

Conjuga-se a isso, a tentativa aqui empreendida de superação da clivagem que polarizou as pesquisas sobre organizações políticas, particularmente no interior da tradição de investigações sobre partidos políticos. Nas diferentes ênfases assumidas, têm-se, por um lado, análises de cunho mais sociais/externalistas, que privilegiam aspectos heterônomos como chaves-explicativas (influência das bases e pertencimentos sociais); e, por outro lado, abordagens mais organizacionais/internalistas, que priorizam variáveis estritamente políticas (estrutura organizacional, sistemas partidários, regimes políticos) como fatores elucidativos⁹. Expediente eficaz para romper com essa dualidade é o recurso à análise sócio-histórica de construção dessas organizações, que implica na exploração regressiva e na reconstituição progressiva do sistema de posições, rivalidades e alianças, das propriedades sociais, das gratificações almejadas e das fontes (públicas e privadas) para satisfazê-las, da objetivação de capitais políticos (coletivos e individuais) acionáveis pelos agentes nas disputas, da invenção de repertórios de luta, entre outros¹⁰.

Tendo em vista que para a reflexão em questão os institutos e fundações, de certo modo, reverberam características de estratégias ativadas na organização partidária mais ampla, acredita-se no potencial heurístico do estudo dos perfis e das modalidades de apresentação dessas entidades para o tratamento dos partidos a partir do vínculo entre peso institucional e meio de expressão cultural. Evidencia-se, pois, consonância entre processos de complexificação/diversificação dessas instituições e o trabalho intelectual de politização de questões variadas. O que traz à tona, por um lado, disputas em torno de jurisdições que podem resultar em “requalificações da política”¹¹ serem, ao mesmo tempo, resultantes e edificadoras da própria institucionalização do domínio político. E, por outro lado, a imposição mais ampla de linguagens e critérios de excelência social, profissional e cultural.

Propõe-se, então, uma discussão dos institutos e fundações partidárias a partir da conexão entre três eixos fundamentais de análise: o histórico, o organizacional e o sociográfico. Para tanto, o texto é esteado em dados referentes à emergência e à cronologia de criação das fundações partidárias, à estrutura organizacional das mesmas (*sites*; sedes; setores; divisão de tarefas/papeis; exigências de especialistas variados; repertórios e modalidades de intervenção; produtos, como cartilhas, atas, documentos; publicações variadas; cursos; etc.), bem como ao perfil dos presidentes e ex-presidentes, sempre

⁸ REIS, E.T. dos & GRILL, I.G. Trajetórias de *multinotabilidades*: carreiras políticas e inserções culturais de parlamentares brasileiros. Paper apresentado no XXVI Congresso brasileiro de Sociologia, 2013.

⁹ SAWICKI, F. *Les réseaux du Parti Socialiste* : sociologie d'un milieu partisan. Paris : Belin, 1997.

¹⁰ LACROIX, B. “Ordre politique et ordre social: Objectivisme, objetivation et analyse politique”. In: GRAWITZ, M. e LECA, J. (Dir.). *Traité de Science Politique. La Science Politique*; L'Ordre Politique. v.1. Paris. PUF, 1985; OFFERLÉ, M., idem.,

¹¹ LAGROYE, J. “Les Processus de politisation”. In: LAGROYE, J. (Org.). *La Politisation*. Paris: Belin, 2002.

correlativamente à caracterização dos partidos correspondentes e às conjunturas históricas e políticas.

Como nascem os institutos e fundações partidárias?

A pretensão aqui não é a de realizar um trabalho arqueológico da gênese dos institutos e fundações nem de reconstituir todas as tramas que incidiram sobre seus desdobramentos e funcionamentos, mas somente situá-las sincrônica e diacronicamente relativamente às conjunturas e siglas partidárias a partir das quais se constituíram. Há que assinalar a eventual imprecisão na descrição, sobretudo para as primeiras fases dos institutos, resultante tanto da inexistência de repositórios públicos de informações sobre o universo, como do caráter efêmero dessas instituições em certos formatos e composições. Exigindo, portanto, esforços extras (nem sempre conclusivos) de reunião e sistematização dos dados.

O que, de certa forma, se aplica às próprias denominações como “instituto” ou “fundação”, que geralmente aparecem, na rara bibliografia sobre o tema, de forma indiscriminada. Contudo, tais classificações podem estar relacionadas tanto a estratégias específicas das suas respectivas organizações partidárias, nas diferentes fases de existência, como (e não exclusivamente) podem responder a condições ou exigências históricas e políticas mais ou menos auspiciosas à constituição de espaços desse tipo. Desde já, enfatiza-se que os “institutos” são mais próprios às experiências inaugurais e, por assim dizer, têm um caráter de mobilização mais diletante e notável, vinculados às modalidades disponíveis de atuação política e de intervenção intelectual e militante. Ao passo que as “fundações” preponderam nos formatos contemporâneos, mais profissionalizados e compatíveis com o processo mais amplo de imposição de princípios gerais de divisão, burocratização e hierarquização do mundo social e político. A discussão que segue visa, muito sinteticamente, pontuar alguns aspectos que conectam os condicionantes mencionados em um contínuo de cenários.

(1º Cenário) A atenção voltada para o objeto em pauta foi ativada em dois momentos. O mais recente foi durante a operacionalização de uma pesquisa sobre “os políticos que escrevem”, na qual se observou a recorrência com que parlamentares (especialmente Deputados e Senadores) – com carreiras políticas e intelectuais relativamente simultâneas e consistentes (em termos de longevidade e ocupação de cargos do topo da pirâmide política), que se empenharam (ou ainda se empenham) na produção e publicação de textos – participaram, em diferentes períodos, de distintas formas e intensidades, de institutos e fundações disponíveis nos partidos¹².

¹²GRILL, I. G.; REIS, E. T. dos. “O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita”. *Revista Pós Ciências Sociais*, vol. 09, n. 17, 2012.

O momento anterior foi uma pesquisa sobre os espaços de atuação e os repertórios de mobilização no MDB gaúcho dos anos 1970¹³, na qual se verificou o peso de um instituto no trabalho de intervenção política. Tratava-se do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES), formado em 1972 no MDB, como resultado da iniciativa de professores, militantes e lideranças partidárias no sentido de criarem um espaço de interlocução política e intelectual. O ápice das atividades do IEPES foi o conjunto de grandes seminários realizado na Assembleia Legislativa do RS com intelectuais de notoriedade nacional, principalmente os vinculados ao CEBRAP, que naquele período demarcaram sua inserção no partido oposicionista (como Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort, José Álvaro Moisés, Bolívar Lamounier e Darcy Ribeiro).

Segundo entrevistas realizadas com agentes que estrearam sua atuação política naquele momento e que posteriormente conquistaram posições de destaque no cenário público regional e nacional, a ideia fora justamente criar uma espécie de “cebrapinho” dentro do partido. O que era possível graças ao texto do Título XI, das Disposições Gerais da Lei orgânica dos partidos políticos de julho de 1971, Artigo 118, que assegurava aos Partidos, entre as funções permanentes, a “manutenção de instituto de instrução e educação política, destinado a formar, aperfeiçoar e renovar quadros e líderes Partidários”. Seria algo nos moldes do que já existiria no Partido Social Democrata alemão (SPD), com a Fundação Friedrich Eber (FES)¹⁴ – sugestão de um dirigente trabalhista (MDB-PDT) que veio a ser, em 1976, consultor do Instituto Latino-Americano do Desenvolvimento – ILDES, órgão da FES no Brasil¹⁵. Aliás, em 1952, o PTB, quando João Goulart assumiu a presidência nacional do partido, já havia instituído um “departamento de estudos do partido, destinado a conferir maior substância doutrinária ao partido”, organizado por Alberto Pasqualini que, posteriormente, foi homenageado no nome da entidade do PDT¹⁶.

Antes do IEPES, a Fundação Konrad Adenauer (KAS)¹⁷, vinculada a União Democrata Cristã (CDU), já funcionava no país desde o final da década de 1960¹⁸.

Não por acaso, em todos os poucos textos dedicados ao exame de institutos e fundações partidárias brasileiras, há a ênfase na influência da experiência e no papel desses órgãos alemães na projeção de um repertório de princípios “democráticos”, sendo o contexto do pós-1945 percebido como “laboratório de um regime democrático moderno” que

¹³ REIS, E. *Juventude, Intelectualidade e Política: espaços de atuação e repertórios de mobilização no MDB dos anos 70*. Dissertação de mestrado, UFRGS-IFCH-PPG Ciência Política, 2001.

¹⁴ Para o histórico da fundação, o perfil do personagem homenageado com o nome da entidade e a apresentação das suas formas atuais de atuação voltadas para a “formação e consolidação de estruturas da sociedade civil e do Estado com projetos em mais de 100 países, apoiando a democracia e a justiça social, sindicatos livres e fortes bem como a defesa dos direitos humanos e a igualdade étnico-racial e de gênero”, ver as seguintes Fontes: www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/; www.historylearningsite.co.uk/friedrich_ebert.htm, em 27/04/2014; www.fes.org.br/.

¹⁵ Trata-se do cientista político Miguel Bodea. Para mais detalhes sobre a sua trajetória política e intelectual, bem como as vinculações regionais, nacionais e internacionais possuídas, ver REIS, E. T. dos. O IEPES do Rio Grande do Sul: “guarda-chuva” institucional e “universidade política” para os militantes de esquerda durante o regime militar. *Revista de História*, v. 16, 2004. GRILL, I. G. Bases sociais e intérpretes da tradição trabalhista no Rio Grande do Sul. *Dados*, v. 48, n.3, 2005; REIS, E. T. dos. O IEPES do Rio Grande do Sul: “guarda-chuva” institucional e “universidade política” para os militantes de esquerda durante o regime militar. *Revista de História*, v. 16, 2004.

¹⁶ Ver <http://www.ptb.org.br/> (acessado em 14/05/2014).

¹⁷ Sobre o histórico da KAS, seu perfil ideológico e os valores que propaga pelo mundo, consultar: <http://www.kas.de/brasilien/pt/about/>.

¹⁸ Ver <http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/> (acessada em 16/04/2014).

justificaria a existência desses espaços nos partidos políticos com o intuito de: “oferecer educação política”; “promover a pesquisa e organizar a documentação da história e evolução da corrente ideológica que defende”; “servirem de ‘refúgios’ dignos e momentâneos para quadros partidários que sofreram eventuais reveses eleitorais”, entre outros¹⁹.

Teria sido na esteira dessas experiências que, em 1975, a ARENA criou a Instituto Milton Campos para Pesquisas e Estudos Políticos, cujo estatuto original foi publicado no Diário Oficial da União em 08 de abril de 1976. Mesmo ano em que os órgãos dos dois partidos existentes foram fixados como “institutos de doutrinação e educação política destinados a formar, renovar e aperfeiçoar quadros e lideranças partidárias” (Artigo 188 da Lei número 6.339 de 1º de julho de 1976).

Para esse primeiro cenário, ressaltam-se os contextos de *crise política* que, por se caracterizarem tanto por uma sucessão de conjunturas de restrição dos espaços e repertórios possíveis de intervenção política como pela fluidez dos parâmetros/regras que possam reger os cálculos eficientes, oportunizam a constituição de lugares de aglutinação da heterogeneidade, de cooperações ou alianças que poderiam parecer insólitas em outras circunstâncias²⁰. Os institutos de estudos, nesse caso, refletiriam a composição de forças entre agentes “homogeneizados” em torno de uma bipolarização. Frisando para o âmbito nacional a interferência da recomposição do espaço político e intelectual internacional, de super-politização em razão dos efeitos materiais e simbólicos da segunda guerra mundial e da nova ordem estabelecida pelos vitoriosos, desde a guerra fria.

(2º Cenário) O final da década de 1970 e os anos 1980 foram marcados pelo debate e a articulação dos partidos (em 1979 foi instituída a Lei nº 6.767 que extinguiu os partidos existentes), bem como pela edificação de uma gramática relacionada à “democratização” do país e aos seus porta-vozes legítimos. Ou seja, era o momento favorável à afirmação de lideranças políticas, tanto as já notórias que investiram na reconversão de trunfos trazidos da inserção em outros contextos e eventos históricos, como as emergentes que inauguraram sua atuação institucional no bipartidarismo sob o regime militar, e disputaram a consagração de novos repertórios de questões e a direção dos partidos em organização.

Num primeiro momento, como se sabe, a batalha eleitoral (particularmente as eleições de 1982) teria revelado a persistência da polarização dos sucedâneos da Arena e do MDB, respectivamente PDS e PMDB, que concentraram o maior percentual de votos para os governos estaduais e para as vagas no Senado e na Câmara. No entanto, cisões no PDS resultaram na formação da chamada Frente Liberal que se aliançou a líderes

¹⁹ CARDIM, Carlos Henrique. *Cultura Política e Fundações Partidárias no Brasil*. Ministério das Relações Exteriores. IPRI. Brasília. Sobre as condições de emergência das fundações alemãs.

²⁰ DOBRY, M. *Sociologie des crises politiques*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1992.

peemedebistas que vislumbravam a viabilização de votos no Colégio Eleitoral para a eleição do novo presidente da República em 1985. A promulgação no Congresso da Emenda Constitucional n° 25 (que “restabeleceu as eleições presidenciais diretas”; suprimiu da Constituição “o dispositivo referente à fidelidade partidária”; permitiu a “livre criação de novos partidos políticos” e a reorganização daqueles que tiveram seus registros indeferidos, entre outros dispositivos) e, depois, a Constituição de 1988, determinariam o estabelecimento de uma maior autonomia dos partidos políticos e da institucionalidade democrática. Sobrelevam-se também as restrições com relação aos apoios financeiros estrangeiros, que foram revistas posteriormente e se traduziram no fortalecimento das fundações partidárias.

Para esse período, destaca-se a criação da Fundação Pedroso Horta (IPH) no âmbito do PMDB; do Instituto Alberto Pasqualini (IAP) do PDT; do Instituto Wilson Pinheiro (IWP) do PT; e do Instituto Astorjildo Pereira (IAP) do PCB. O PDS deu continuidade à Fundação Milton Campos (FMC) que posteriormente foi ativada pelo PP, constituído na década de 1990. Para o PRONA, foi localizado o Instituto de Ciência Política Marechal Rondon (ICPMaL.R).

Nesse segundo cenário (pós-regime militar), os agentes definiam e se distribuíam em diferentes partidos que estavam sendo relacionalmente contornados, delineando suas fronteiras políticas, ideológicas e sociais. Do mesmo modo, eles passaram a competir com uma multiplicidade de espaços, porta-vozes, causas e repertórios de mobilização ebulientes da “sociedade civil” e do afã de inventar/consolidar, como arranjo e como crença, “a democracia brasileira”. A ordem nesse momento é institucionalizar o dissenso construindo lugares e meios de consensos para a concorrência política, a partir da pluralidade de posições dispostas no jogo. E, nos marcos do credo democrático, a disponibilidade para “debater” (que comporta a habilidade para “convencer”) objetiva-se como “categoria de conflito” e como trunfo por excelência, cujo principal objetivo é a imposição de princípios de classificação do mundo social²¹.

Então, numa ordem histórica em que confrontar pontos-de-vista é uma “forma de competência que pertence ao universo das lutas simbólicas”, o “debate de ideias” conquista centralidade como forma de “cultura democrática”, tornando-se cada vez mais complexo, diversificando tanto os níveis e conteúdos articulados como os interlocutores envolvidos. Nos desdobramentos das lógicas e práticas democráticas legítimas, além do debate entre os profissionais da política (fixação da “Parlamento” como lugar privilegiado de deliberação),

²¹As fundações, como destaca Prado (2009)²¹, nesse contexto, refletiriam a “necessidade do envolvimento com a sociedade civil em geral, da participação em debates de temas contemporâneos, de estudos acadêmicos e principalmente, em quebrar os obstáculos que os partidos políticos possuem no que concerne à aceitação pelos diferentes segmentos da sociedade. Cabe às fundações discutir a democracia, a história dos partidos políticos, os ideais de liberdade do homem, soberania nacional, economia, direitos humanos, e, sobretudo, a preparação de novas lideranças políticas que serão no futuro próximo, porta-vozes de suas idéias”. PRADO, S. de Almeida. O Papel das fundações partidárias na consolidação da democracia brasileira (www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1096, acessado em 18/11/2010).

há cada vez mais a diversificação e multiplicação de categorias de profissionais aptos a competir por posicionamentos legítimos. Agentes autorizados (pelo peso político e/ou reconhecimento intelectual) a atuar nesse meio, que se investem da missão de fazer o “proselitismo da política”, isto é, de edificar e reproduzir a “moral cívica vigente” e, por consequência, o “dever moral da participação”, as competências mínimas para participar, a inculcação de repertórios e gramáticas legítimas de intervenção no jogo democrático, a naturalização de categorias e sistemas de classificação gestados concorrencialmente pela oferta política, enfim, a *accoutumance* ao ideal democrático²².

É possível indicar que, aqui, os institutos ou fundações partidárias poderiam explicitar a distinção entre as siglas, contribuindo na fundamentação/certificação das identidades partidárias. Ou simplesmente atender a uma modalidade de atuação *pró-forma*, consoante com a gramática democrática e em uma situação de fragilidade das organizações– não necessariamente por serem efêmeras ou ideologicamente precárias, mas por se encontrarem mesmo em processo de construção.

(3º Cenário) Entre os acontecimentos internacionais da década de 1990 estão o fim do *Apartheid* na África do Sul, a dissolução da União Soviética – selando o êxito do imperialismo norte-americano na guerra-fria – bem como a Reunificação da Alemanha, com a vitória dos CDU nas primeiras eleições. No plano nacional, o primeiro presidente eleito democraticamente também teve o mandato impugnado (1990-1992). O economista Fernando Collor de Melo, então do PRN (Arena-PDS-PMDB-PRN-PRTB-PTB), venceu candidatos como os engenheiros Mário Covas, do PSDB (PST-MDB-PMDB-PSDB); Paulo Maluf, então do PDS (Arena-PDS-PP); e Leonel Brizola, do PDT (PTB-PDT); os advogados Ulisses Guimarães, do PMDB (PSD-MDB-PMDB), e Roberto Freire, do PCB (MDB-PCB-PPS); e o metalúrgico/sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, sendo que este último foi derrotado no segundo turno. Na sequência, o também engenheiro civil, vice de Collor e então do PMDB, Itamar Franco (PTB-MDB-PMDB-PL-PRN-PMDB-PPS), assumiu a presidência e contou com o seu ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso (MDB-PMDB-PSDB), na condução da política econômica a partir do Plano Real. Atuação esta que, acumulada a outros trunfos, foi reconvertida na conquista da Presidência da República por duas ocasiões sucessivas (1993-2003) pelo sociólogo.

Data do início da década de 1990 a instalação no Brasil da Fundação Friedrich Naumann (FNS). No entanto, é salientado, na apresentação da fundação alemã, que ela vem influenciando “parceiros brasileiro em relevantes projetos políticos e econômicos” desde 1965²³.

²² Ver Lacroix (1985) e Offerlé (1987), op. cit.

²³ Há registro de que seria desde 1984. Para dados detalhados acerca dos históricos, perfis ideológicos e justificativas para o nome homenageado, acessar: www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/0Z; <http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien>.

Em 1995 foi instituída a nova Lei Orgânica dos partidos políticos que incorporou o requisito de que no mínimo “vinte por cento do total recebido” como Fundo Partidário deveria ser aplicado nas entidades “de pesquisa e doutrinação e educação política”, e estipulou que elas seriam autônomas “para contratar com instituições públicas ou privadas, prestar serviços e manter estabelecimentos de acordo com suas finalidades, podendo, ainda, manter intercâmbio com instituições não-nacionais” (Lei número 9096, Artigos 44 e 53).

Das informações localizadas, acentua-se que oito partidos apresentaram fundações com data de criação nos anos 1990: a Fundação Ulysses Guimarães (FUG) do PMDB; a Fundação Perseu Abramo (FPA) do PT; o Instituto Tancredo Neves (ITN) do PFL; a Fundação João Mangabeira (FJM) do PSB; o Instituto Maurício Grabois (IMG) do PCdoB; a Fundação Teotônio Vilela (FTV) do PSDB; o Instituto Jânio Quadros (IJQ) do PTR (depois PRTB); e o Instituto de Pesquisa Humanista e Solidarista (IPHS) do PHS. Como é possível apreciar, seis das entidades são vinculadas a partidos formalizados nos anos 1980 e, dessas, duas são reformulações de entidades criadas naquela década (o PMDB mudou o IPH para FUG e o PT, depois de encerrar as atividades do IWP, criou a FPA). Portanto, dois partidos e suas respectivas entidades teriam sido constituídos nos anos 1990.

Foram igualmente detectados institutos ou fundações para outros oito partidos deferidos na década em pauta (1990), porém não foram encontradas as datas de formação dos respectivos institutos/fundações. São eles: o Instituto Juscelino Kubitschek (IJK) do PMN; o Instituto Pedro Aleixo (IPA) do PSC; o Instituto de Estudos Políticos de São Paulo (IESP) do PRN (depois PTC); a Fundação Barão e Visconde de Mauá (FBVM) do PTdoB; o Instituto José Luís e Rosa Sundermann (IJLeRS) do PSTU; o Instituto Democrata Cristão de Formação Política (IDCFP) do PSDC; e o Instituto Milton de Lyra Bivar (IMLB) do PSL.

Já em 2000, vale registrar a implementação no Brasil da Fundação Heinrich Böll (FBBöll)²⁴, ligada ao Partido Verde alemão, e, em 2002, foi a vez da Fundação Rosa Luxemburgo (FRLuxemburgo), criada em 1990 e associada ao Partido de Esquerda alemão (Die Linke/DL)²⁵.

São desse período (2000) a criação da Fundação Astrojildo Pereira no âmbito do PPS, outrora Instituto vinculado ao PCB; o Instituto Herbert Daniel (IHD) ligado ao PV; por conta da morte de uma das principais lideranças do PDT (em 2004), foi feito o acréscimo do seu nome à entidade do partido, agora Fundação Leonel Brizola- Alberto Pasqualini (FLB-AP); com a dissolução do PFL e a criação do DEM, o ITN deu lugar à Fundação Liberdade e Cidadania (FLC). Institutos associados a outros partidos formalizados nos anos 1990 foram transformados em Fundações, como o Juscelino Kubitschek (FJK), do PMN; o Maurício

²⁴ Sobre o histórico da fundação, a localização do espectro de posições ideológicas, o perfil do homenageado e as causas às quais se vincula, ver <http://br.boell.org/web/133.html>.

²⁵ Para detalhes, acessar <http://www.rls.org.br/>.

Grabois (FMG) do PCdoB; e o José Luís e Rosa Sundermann (FJL e RS), do PSTU. Dos partidos deferidos nos 1990, somente para o PCO não foi detectado nenhum órgão desse tipo. Avançando no tempo, do PR foi localizado o Instituto Republicano (IR); do PSOL a Fundação Lauro Campos (FLC); do PRB a Fundação Republicana Brasileira (FTB); e do PSD o Espaço Democrático (ED).

Em dezembro de 2005 foi editada a Resolução nº 22.121, na qual ficou determinado que “os entes criados pelos partidos políticos para a pesquisa, doutrinação e educação política devem ter a forma de fundações de direito privado” (Art. 1º). A resolução do Tribunal Superior Eleitoral foi fundamentada na necessidade de adequar essas entidades às normas fixadas no Código Civil de 2002, “considerando”, entre outros fatores: a “necessidade” de adequá-las “à forma jurídica que mais se amolda aos objetivos da Lei nº 9.096/95”; à inexistência de “institutos partidários como entes personalizados” na “nova ordem civil”; à aproximação das “finalidades dos institutos partidários como de cunho moral” aos “objetivos morais próprios das fundações”; à “atribuição legal [que é] do Ministério Público” de “velar pelas fundações”, à exigência de aplicação de “no mínimo vinte por cento dos recursos do Fundo Partidário”; à possibilidade de “velamento civil sobre as fundações” do MP por “força de lei”; e à “necessidade de se estabelecer rotina procedimental para igualar o tratamento da aplicação, fiscalização e prestação de contas de recursos do Fundo Partidário”.

A forma de fundações partidárias de direito privado fixadas para os “entes criados pelos partidos” (Art. 1º) ajustava-os aos “termos e prazos da lei civil” (arts. 2.031 e 2.032 do Código Civil de 2002) (§1º). Entre outras coisas, ficou determinado que devem “as atribuições destas e as das representações serem fixadas em estatuto” (Art. 3º), sendo que “cada partido político poderá criar uma única fundação” (§1º), assim como para os partidos, a atuação das fundações “dar-se-á por meio da criação de representações nacionais, estaduais e municipais” (§3º) e “as representações não terão autonomia nem personalidade próprias. Seus órgãos de deliberação e (ou) de fiscalização ficam vinculados aos da pessoa jurídica que representam” (§4º).

Como foi dito, o “velamento” das fundações de direito privado, em termos das suas finalidades e patrimônios seria, então, função do Ministério Público, cuja “chancela” foi interpretada como conferindo “segurança e credibilidade a essas pessoas; [tornando-as] mais atrativas e competitivas, por ostentar verdadeiro diferencial quando em comparação às sociedades empresariais e associações”²⁶. É claro que tais normatizações são alvo de debates e ajustes. Por exemplo, registra-se a reivindicação de alguns partidos políticos do reconhecimento acerca do “caráter especial das fundações, [sendo necessário fazer] uma

²⁶ Ver <http://www.jurisway.org.br/>, texto de 24/10/2012 (acessado em 20/05/2014).

diferenciação legal das demais instituições presentes no Código civil e que as fundações possam ser vinculadas aos objetivos do partido instituidor”.

Em 2007, o dep. Eliseu Padilha (PMDB-RS) (presidente da Fundação Ulysses Guimarães) encaminhou o Projeto de Lei 2102/07 visando instituir a possibilidade das fundações aplicarem os recursos que recebem do Fundo Partidário “na pesquisa e na educação política de interesse do partido mantenedor”, legitimando as ações associadas das “instituições e seu partido fundador”, haja vista “a importância dos partidos políticos para a vida democrática, a autenticidade do sistema representativo e a defesa dos direitos fundamentais definidos na Constituição”²⁷. A proposta alterando a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (9.096/95) foi aprovada em 12/12/2007.

Em 2010, o PSDB remeteu um pedido de revisão da Resolução nº 22.121, questionando “a obrigatoriedade de criação de fundação de direito privado” pelos partidos uma vez que isso “afronta a autonomia constitucional do partido para *‘definir sua estrutura interna, organizacional e funcionamento’*” (Pet. nº 1.499 (1305-74.2004.6.00.0000)/DF, grifos no original). O TSE votou unanimemente pelo indeferimento do pedido. Com o mesmo argumento, em 2011, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4591) foi ajuizada no Supremo Tribunal Federal pelo PSDB e DEM. Da mesma maneira, a “Procuradoria Geral da República se manifestou pela inexistência de ofensa à autonomia constitucional das agremiações partidárias pela Resolução 22.121/2005”²⁸.

Também foi em 2010 que os tucanos teriam cogitado “entregar seu instituto como prêmio de consolação ao ex-presidenciável José Serra, caso ele não presida a sigla”²⁹. O que não teria se efetivado devido à resistência de “alas associadas a Aécio Neves” que desejavam impedir o fortalecimento da liderança que deteria “uma organização que oferta liberdade de trânsito pelo país e teria um orçamento superior a sete milhões de reais em 2011”³⁰.

A referência ao “prêmio de consolação” foi feita em matéria do jornal Folha de São Paulo que trouxe questionamentos não somente ao aumento de 50% das transferências de recursos às fundações partidárias, como à efetiva aplicação do montante recebido e ao lugar ocupado por essas entidades que seriam presididas por “políticos derrotados”. No período, o ministro do TSE, Henrique Neves da Silva, “defendeu o aprimoramento do sistema”, pois: “O problema é que essas instituições se encontram no meio termo. Ao mesmo tempo em que elas têm vida própria, os partidos podem se imiscuir em sua administração, nomear dirigentes, o que destoia da normalidade”³¹. Naquele ano, R\$ 53

²⁷ Ver <http://www2.camara.leg.br/>, matéria de 11/12/2007 (acessado em 23/05/2014).

²⁸ Ver <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/>, matéria de 19/4/2012 (acessado em 20/11/2013).

²⁹ Ver <http://www1.folha.uol.com.br/>, matéria de 13/01/2011 (acessado em 05/11/2013).

³⁰ FERNANDES, I.F.A.L e DANTAS, H. Fundações partidárias no Brasil e no mundo: funções legais, ações formativas e análise em perspectiva comparada. *Paper* apresentado no 8º Encontro ABCP. AT06: Instituições Políticas, 2012 (p. 02).

³¹ Em <http://www.estadao.com.br/>, matéria de 22/11/2011 (acessada em 05/11/2013).

milhões, de um total de R\$ 265,3 milhões de recursos públicos destinados aos partidos, foram para as fundações (20% determinados por legislação).

Todas essas discussões servem como indicadores do peso que essas entidades paulatinamente conquistam no jogo político mais amplo. Polêmicas e disputas em torno de interesses e representações (no duplo sentido do termo) sobre o que são ou devem ser comprovam lógicas muitas vezes ambivalentes que subjazem não apenas os processos mais específicos de objetivação das fronteiras organizacionais, como aquelas que condicionam as configurações sociais e políticas mais gerais.

Nesse terceiro cenário entra em cena fatores que explicitam a coadunação das fundações partidárias com uma dinâmica de setorialização, possível em fases mais avançadas de assentamento das empresas partidárias. Da mesma forma, colocam-se mais pesadamente em sintonia com as estratégias de gestão de programas internacionais que influenciam na reconfiguração de perfis (militantes, políticos e intelectuais fundados) e competências (saberes de perícia, conhecimentos técnicos, contatos qualificados, etc.) próprios às necessidades de avaliação, de produção de laudos e de prescrição de condutas ajustadas ao mundo “dolarizado”³².

Os sites e a objetivação das fundações partidárias

Para enfocar variáveis mais organizacionais que informam o estado da composição de fundações partidária no Brasil, foram mapeadas as páginas administradas na *internet* (sites, blogs, redes sociais, etc.) por instituições vinculadas aos 32 partidos atualmente inscritos no Tribunal Superior Eleitoral³³. Tal opção se justifica, por um lado, em virtude de serem fontes que reúnem informações facilmente acessíveis e panorâmicas de diferentes modelos de fundações e, por outro lado, em razão da existência, atualização e organização dessas páginas se constituírem, por si mesmas, em indicadores do grau de profissionalização das mesmas.

Para a operacionalização, foi construído um pequeno banco de dados a partir do material agrupado para 22 fundações presentes na rede mundial de computadores, sistematizando informações como: nome da fundação; abas que apresentam na sua página inicial; e links disponibilizados (para outros sites, redes sociais, publicações, editora e diretoria da fundação). Foram localizadas apenas 16 fundações que possuem seu próprio site, enquanto para outras 05 o acesso apenas pode ser feito por links residentes nos sites dos partidos, e para 01 foi encontrada apenas um “perfil” numa rede social.

³² Ver: DÉZALAY, Y. e GARTH, B. “A dolarização do conhecimento técnico-profissional do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado (1960-2000)”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 43, 1998; GUILHOT, N. “Les professionnels de la démocratie. Logiques militantes et logiques savantes dans le nouvel internationalisme américain”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 139, 2001.

³³ Em <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos> (acessado em 3/03/2014).

Dos 32 partidos atualmente existentes, obteve-se o nome de institutos ou fundações para 25 deles. O primeiro dado a ser apontado é a “homenagem” que 18 das fundações fazem a “ícones” da política brasileira. Fundamentalmente, tratam-se de personagens da vida política pós-redemocratização de 1945 e que tiveram significativa produção intelectual, como Pedroso Horta, Ulysses Guimarães (PMDB), Alberto Pasqualini, Leonel Brizola (PDT), Milton Campos (PP), Tancredo Neves (DEM)³⁴, Teotônio Vilela (PSDB) e João Mangabeira (PSB). Realça-se que a estratégia de associação a personagens heroicizados da política republicana é mobilizada pelos maiores partidos, com algumas exceções. A autoridade para o uso do patrimônio coletivo investido nesses nomes consagrados e consagradores parece estar relacionado, em alguns casos, à convergência entre o peso das agremiações, a posição conquistada por seus quadros nas últimas décadas e as biografias dos principais dirigentes que participaram dos partidos desde a fundação.

Os partidos menores e considerados de direita, por seu turno, condecoram personagens mais controversos e de expressões mais localizadas, como Jânio Quadros (PRTB), Pedro Aleixo (PSC) e Barão de Mauá (PTdoB). Ou mesmo não enaltecem personagens (aliás, esse é o segmento no qual se encontra a maior parte das fundações que não homenageiam figuras ilustres).

Para as entidades vinculadas a partidos menores e que se situam mais à esquerda no espectro de forças partidárias, os nomes próprios são exaltados como protagonistas de causas revolucionárias, personagens que teriam participado de “feitos”, “movimentos” e “eventos” concebidos como exemplares para a certificação das “causas” defendidas e dos atributos pessoais valorizados. São exemplos disso: o seringueiro Wilson Pinheiro (Instituto do PT na década de 1980); o dirigente comunista e comandante da guerrilha do Araguaia Maurício Grabois (PCdoB), o casal de militantes José Luís e Rosa Sundermann (PSTU); o dirigente comunista Dinarco Reis (PCB); e o militante da luta armada durante a ditadura militar, depois porta-voz da causa ecológica Herbet Daniel (PV).

Ressalta-se ainda a celebração de agentes cujo destaque adquirido e as qualidades louvadas são relacionados a recursos culturais, à posse de títulos escolares e à condição de intelectual, tais como o jornalista Astrojildo Pereira (PPS), o jornalista e sociólogo Perseu Abramo (PT) e o jurista Lauro Campos (PSOL), cujos bens simbólicos produzidos foram e são politizados nas lutas pela definição de problemáticas legítimas.

O investimento simbólico vem acompanhado de um paulatino fortalecimento das empresas. Alguns indicadores mais objetivistas auxiliam o trabalho de identificação do grau de estruturação dessas fundações.

³⁴ Depois a fundação do DEM foi denominada *Liberdade e Cidadania*.

Por meio do endereço da sede divulgado em 21 das fundações, foi possível verificar que para 12 delas são diferentes daquele da direção nacional do partido, o que denota minimamente uma segmentação das atividades. 18 fundações informam suas diretorias, sendo que 12 delas elencam a composição de pelo menos dois Conselhos, o Conselho Fiscal, o Conselho Curador e/ou o Conselho Deliberativo, adicionando os cargos de direção como presidência, vice-presidência, secretaria, tesouraria, etc. E apenas 04 possuem entidades organizadas em vários estados. Não por acaso, estão entre aquelas formadas há mais tempo como a FUG (PMDB), FMC (PP), FLB-AP (PDT) e a FMG (PCdoB).

Ainda que não tenham sido detectadas no material examinado informações sobre parcerias e convênios firmados com organismos internacionais, focaliza-se a existência dos mesmos (o que será investigado no próximo momento da pesquisa) ao menos para algumas relativas a ligações com fundações alemãs de longa inserção nesse espaço.

A Fundação Friedrich Eber (FES) e a Fundação Konrad Adenauer (KAS), além de serem as duas que atuam há mais tempo no Brasil, são as que divulgam o maior número de parcerias com instituições brasileiras (por volta de 40 e de 22, respectivamente). Considerando as causas e os públicos a que se dedicam, nota-se na primeira³⁵ o vínculo com a Fundação Perseu Abramo (PT) e na segunda³⁶ com as Fundações Liberdade e Cidadania (DEM) e Teotônio Vilela (PSDB). Sendo que a Perseu Abramo também consta entre os parceiros da Fundação Rosa Luxemburgo e outros setores do DEM associados à Fundação Friedrich Naumann³⁷.

Como não poderia deixar de ser, uma preocupação recorrente é demonstrar que a fundação exerce seu papel de “formação política”. A referência a cursos e seminários é uma constância que abrange todas as modalidades de páginas, no entanto somente 2/3 das páginas das fundações disponibilizam atividades efetivas com data de realização (ano, período, etc.), local (mesmo que seja a organização de curso à distância) ou material (cartilhas, leituras, vídeos, etc.). Soma-se a isso o próprio *site* como um veículo de organização, seleção, divulgação e transmissão de textos em forma de livros, revistas e jornais que confluem com a posição político-ideológica do partido e da fundação. Mais de 80% dos espaços virtuais mantidos servem como depósito de acervos e bibliotecas que incluem livros, revistas, jornais, vídeos e documentos diversos.

A existência de setor específico de formação no âmbito das fundações é um indicador do nível de complexificação que algumas já assumiram. Mais

³⁵ Entre os outros parceiros da FES estão o próprio Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG); Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômica (IBASE), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EDESP/FGV), Revista Viração, entre outros.

³⁶ Entre os parceiros da KAS, encontram-se o Fórum das Secretarias de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras, a Escola de Formação de Governantes (EFG), e as Universidades de: São Paulo (USP), de Brasília (UND), de Minas Gerais (UFMG), bem como as Católicas do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e de Pernambuco (PUC/PE).

³⁷ Parceira do Instituto Millenium (RJ), do Instituto de Estudos Avançados (SC), Instituto de Estudos Empresariais (RS), Juventude Democrata e Democratas (RS).

precisamente, 07 entre elas formaram escolas ou universidades no seu interior, apresentando cursos de formação permanente, com conteúdos relativamente fixos, módulos ou unidades, materiais didáticos organizados e procedimentos explícitos de transmissão.

Os empreendimentos editoriais efetuados, sustentados e divulgados revelam com maior clareza a hierarquização do espaço das fundações. Acentua-se a recorrência de investimentos em publicação de livros por parte de editoria própria ou em parcerias para 11 dos casos, sendo que 07 das fundações possuem sua própria editora. Mais importante ainda é que apenas 08 sites trazem acesso a uma revista financiada pela fundação.

Outro meio que exige estrutura burocrática, técnica e financeira para seu funcionamento são as TVs. Contendo vídeos de entrevistas, reportagens, eventos partidários e documentários, foi identificado o acesso específico para esse meio de expressão e divulgação em 06 entidades.

Em que pese a concentração desses meios de intervenção nas grandes agremiações, sobressai-se a presença de alguns desses repertórios de luta nas fundações de partidos menores (especialmente as reconhecidas como de esquerda). Ou seja, são marcas igualmente associáveis a fundações pertencentes a agremiações com perfis tidos como mais “ideologizados” e “intelectualizados”. Por conseguinte, compreende-se o motivo pelo qual as fundações mais afinadas às exigências legais, morais, pragmáticas e, portanto, respondendo a ajustes normativos e institucionais, distribuem-se em siglas distintas e antagônicas. Afora a capilarização (em termos de estruturação em vários estados) conquistada pelas FUG (PMDB), FLB-AP (PDT) e FMC (PP), pode-se pontuar a editora da FJLeRS (PSTU) e as revistas da FLC (PSOL); assim como a estrutura montada na FMG (PCdoB). Tomando especificamente a FPA (PT) – que contempla o maior número de critérios de institucionalização arrolados acima – há uma combinação equilibrada dos seguintes elementos que convergem para a força organizativa da sua instância de formação: desempenho eleitoral do partido, tempo de existência da sigla e importância da formação ideológica, profissional e cultural entre os militantes da agremiação.

Sociografia dos Presidentes de Institutos e Fundações Partidárias

O delineamento dos agentes recrutados para a direção pode se constituir num vigoroso indicador das estratégias de sustentação/apresentação das distintas fundações. Isto é, os recursos e os trunfos agilizados por seus porta-vozes informam critérios privilegiados na constituição das identidades políticas organizacionais. A alternativa no momento é centrar a análise nos perfis profissionais, culturais e políticos dos presidentes e ex-presidentes, bem como nas diferenciações concernentes aos condicionantes em voga nos períodos em que estiveram à frente dessas instâncias partidárias. Fatores esses cotejados

relativamente à identificação ideológica dos partidos aos quais pertencem. Assim, em um primeiro momento, foi realizada uma pesquisa para identificar o rol de presidentes de todos os institutos e fundações localizados. Chegou-se a 47 nomes e, desses, conseguiu-se reunir informações sobre 41, que constituem uma coleção de casos ilustrativa do *know-how* detido/valorizado.

Estimando como indicador de origem social a profissão do pai, sublinha-se para 20/41 dos casos uma relativa diversidade social, com a presença de políticos advindos de extrações sociais mais altas (rurais ou urbanas), de segmentos médios da hierarquia social (profissionais liberais e funcionários públicos) e de origens mais modestas. Mais precisamente, tem-se 04 filhos de grandes fazendeiros, 05 filhos de empresários, 07 filhos de profissionais liberais, 07 de funcionários públicos e 04 de pequenos agricultores e operários (alguns apresentando mais de uma profissão).

No que tange especificamente à principal ocupação exercida pelos agentes, é necessário destacar que a população é formada majoritariamente por “políticos profissionais”. Isto é, 32/41 deles exerceram, ao longo de suas vidas adultas, cargos eletivos e/ou de nomeação e/ou cargos partidários de direção durante duas décadas ou mais. Característica que exclui apenas dois professores universitários e personalidades intelectuais, sem carreiras políticas, que foram presidentes de entidades do PMDB e do PT na sua fase inaugural; e 07 agentes que dirigem fundações de pequenos partidos (de esquerda e de direita) que nunca concorreram ou tentaram sem sucesso chegar a postos eletivos.

É possível distribuí-los entre as diferentes profissões de acordo com as informações disponíveis em fontes de dados biográficos como o Dicionário Histórico Biográfico da Fundação Getúlio Vargas, os repertórios biográficos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e os dossiês fornecidos à justiça eleitoral quando da inscrição de candidaturas (acessíveis a partir do site do Tribunal Superior Eleitoral-TSE). Notabiliza-se a presença de: professores universitários(18); advogados(15); funcionários públicos (07); empresários(06); jornalistas(05); e médicos(03). Outras ocupações aparecem para apenas um agente.

Cabe grifar, em primeiro lugar, que essas ocupações não são excludentes entre si e tampouco exclusivas. Além disso, são atividades profissionais que a bibliografia tem indicado como compatíveis com a intervenção política mais sistemática, em virtude tanto do tempo livre comoda conciliação de “competências” exigidas. Atenta-se também para a diversificação de ocupações exercidas pelos presidentes das fundações e o aumento, no decorrer dos três momentos sucessivos discutidos no início do texto, da presença de professores universitários, jornalistas, economistas e funcionários públicos. Quer dizer,

evidencia-se a reconfiguração de circunstâncias nas quais prevaleciam advogados e empresários (urbanos e/ou rurais) para a diversificação de ocupações prévias e o recrutamento de agentes com saberes escolares e competências técnicas específicas.

No que diz respeito às formações escolares de 38/41 casos para os quais se encontrou essa informação, 37 agentes possuem título superior (um abandonou a universidade para atuar na luta armada, depois se tornou poeta, escritor e doutor *Honoris Causa*). Desses, 15 também alcançaram algum diploma de pós-graduação, sendo que 07 deles constam com passagens por instituições estrangeiras nos trajetos escolares. Sobre a distribuição de títulos obtidos em distintas áreas do conhecimento (alguns têm mais de um diploma), 16 agentes possuem formação em direito; 06 em economia; 05 em engenharias; 03 em medicina; 03 em administração; 03 em comunicação social; 02 em sociologia; 01 em letras; e 01 em arquitetura.

Conjuga-se a isso, quando se pondera sobre a distribuição de titulações dos presidentes de acordo com as décadas em que ocuparam cargos (alguns atravessam mais de uma década, é bom frisar), que paralelamente à diversificação das fundações e à institucionalização de algumas delas (mostrada na seção anterior), ocorre relativa diminuição ou estabilização (proporcionalmente) de agentes formados em direito, em contraste com o relativo aumento de outros saberes, notadamente economia, administração, comunicação e sociologia. Os quadros abaixo são ilustrativos disso:

Quadro 1 – Ocupação por Décadas

Décadas/Ocupação	Advogado	Professor Universitário	Empresário	Jornalista	Médico	Funcionário Público
1980-1989	3	1	2	0	1	1
1990 – 2000	3	6	3	2	1	2
2001 – 2014	9	10	2	5	1	4

Fonte: Banco do projeto

Quadro 2 – Formação por Décadas

Décadas/Título	Direito	Comunicação	Sociologia	Letras	Economia	Engenharia	Administração	Medicina	Arquitetura
1980-1989	4	-	-	-	-	1	-	1	-
1990 - 2000	6	-	1	-	2	2	2	2	-
2001 - 2014	8	3	1	1	4	5	1	-	1

Fonte: Banco do projeto

Essa variedade de ocupações e de formações reflete uma série de processos de recomposição interseccionada de domínios culturais (no mundo universitário, no mercado editorial, nas trocas transnacionais, no desenvolvimento tecnológico, etc.) e políticos (proliferação de espaços, causas politizadas e politizáveis, dos repertórios de mobilização, redefinição dos recursos que habilitam/autorizam porta-vozes e representantes, a afirmação da linguagem técnica do poder, etc.) – que são também efeitos de transformações globais.

O que se reflete na expansão e diversificação do mercado político mais amplo que produz, no seu bojo, o acirramento do descrédito de formas de engajamentos militantes considerados mais “tradicionais”, como o sindical e o partidário. Concomitantemente, há o efeito da especialização das organizações partidárias que aponta para a substituição dos bacharéis e notáveis para perfis mais técnicos e especializados. Em uma configuração caracterizada pela conjunção de referências que depreciam ou desqualificam a posse de cargos eletivos, adicionada à escalada do conhecimento técnico e à persistente valorização de uma condição de intelectual, a conquista de altas posições no *ranking* político parece depender das aptidões para se apresentar como um profissional híbrido (político, intelectual, especialista, militante...).

O conjunto dos casos de presidentes de fundações analisado compõe uma “elite política” para a qual o curso superior é somente um elemento adicional na carreira das lideranças que ocupam posição em pauta. Cumpre assinalar que 31/41 deles (portanto 75%) exerceram cargos eletivos e, entre os demais, 05 concorreram em pelo menos uma eleição. O mesmo percentual foi obtido para aqueles que ocuparam cargos administrativos de alto escalão em governos federais e estaduais. Para corroborar a constatação sobre o pertencimento destes agentes às altas “rodas políticas”, demonstram-se os cargos eletivos e os cargos administrativos mais altos alcançados pelos presidentes e ex-presidentes das fundações. Entre os 31 que desempenharam cargos eletivos, 06 foram governadores de estado; 01 vice-governador; 05 senadores; 17 deputados federais; e 02 deputados estaduais. E entre os 31 que detiveram cargos administrativos de alto escalão, 11 foram ministros em governos federais; 05 foram presidentes de estados; e 15 foram secretários em governos estaduais.

O grau de profissionalização na política desses agentes permite perscrutar uma parte da sustentação da autoridade que adquirem para “falar” em nome dos partidos e “formular” suas “doutrinas”, “programas”, “ideologias”, etc. A passagem por cargos eletivos e/ou administrativos (de preferência associados) confere reconhecimento às lideranças seja como porta-vozes testados de questões sociais tidas como legítimas (principalmente como parlamentares) seja como participantes de arenas mais setorializadas pautadas por temas especializados (como gestores em ministérios, secretarias ou estaduais). O que pode ser ratificado com o dado de que 28 deles ocuparam tanto cargos eletivos como cargos administrativos, ao passo que somente 03 tiveram carreiras políticas que se restringiram à arena eletiva e 03 à arena administrativa. Ademais, a análise dos seus trajetos possibilita perceber que a chegada à presidência das fundações (principalmente as mais consolidadas) é parte integrante da afirmação política e intelectual dos mesmos. Neste caso, sobressaem 29/41 deles (portanto 70%) que foram indicados à presidência da respectiva fundação quando

ocupavam cargos políticos (27 como deputados e senadores). Percentagem que se eleva quando são aferidas apenas as fundações mais institucionalizadas, chegando a 83%. Raros são os casos de “políticos aposentados” (apenas 02), ou seja, que não ocuparam cargos políticos simultânea ou posteriormente. Não há ainda ocorrências de indivíduos que utilizam tal posição para alavancar carreiras políticas de sucesso, quer dizer, que chegaram a postos eletivos ou administrativos apenas depois de passar pela presidência da fundação (aqueles que tentaram, sem sucesso, pertencem a partidos pequenos e com fundações pouco consolidadas).

Apesar de predominarem os “políticos profissionais” não se pode, contudo, desconsiderar o reconhecimento que tais agentes logram como “intelectuais” em seus partidos. Um dos meios de atestação dessa condição de formador político e formulador teórico ou programático do partido se expressa por meio da publicação de livros. Entre os 41 casos analisados, 27 (logo 66%) assinam a autoria de “obras” dos mais diversos gêneros. Desses, 18 (quase metade do total da população) publicaram 05 livros ou mais ao longo das suas biografias, sem deixar de mencionar que 12 deles ostentam mais de uma dezena de publicações. Tais produtores, ao serem classificados de acordo com o gênero de produção privilegiada, podem ser, por sua vez, divididos entre: 1) aqueles que se dedicam privilegiadamente a assuntos especializados e ligados a uma formação acadêmica específica, que somam 14 presidentes e ex-presidentes; 2) os que priorizam temas gerais, como posicionamentos sobre modelos de sociedade, que ocupam lugar central na produção escrita de 08 casos; 3) e aqueles que se investem em produção literária em geral (poesia, contos, ensaios em geral), que são apenas 05 agentes.

Para finalizar, o quadro apresentado a seguir traz alguns dados de perfis de presidentes de quatro das fundações mais alicerçadas, assumindo basicamente dois critérios para tal escolha: o tempo de existência das fundações; e sua estrutura organizativa. Para indicar singularidades e regularidades, foram caracterizados três agentes de cada entidade que atuaram em três distintos períodos de constituição das mesmas. O primeiro é o período da redemocratização e formação dos novos partidos; o segundo corresponde ao de aprovação da alocação de 20% da receita dos partidos para seus institutos ou fundações; e o terceiro corresponde à instituição da Resolução que estabelece que os “entes” dos partidos destinados à pesquisa, doutrinação e educação política deveriam se constituir em fundações.

Quadro 3 – Presidentes e perfis

FMC (PP)	IPH -> FUG (PMDB)	FAP -> FLB-AP (PDT)	IWP -> FPA (PT)
ROGÉRIO REGO	JOÃO GILBERTO	LEONEL BRIZOLA	ANTÔNIO CANDIDO

<ul style="list-style-type: none"> - Bacharel em Direito; - Advogado e funcionário público; - Passagem por vários cargos de primeiro escalão no governo estadual da Bahia e deputado federal desde 1971; - Publicou, em 1967, <i>Development of the cooperative system in Brazil</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Bacharel em Direito; - Funcionário público e professor de ensino médio; - Líder estudantil, ex-vereador e deputado federal desde 1975, - Se destacou na década de 1970 como um dos líderes dos neo-autênticos do MDB; - Publicou mais de 10 livros na década de 1970. 	<ul style="list-style-type: none"> - Formado em Engenharia; - Proprietário de grandes fazendas; - Deputado estadual, deputado federal, prefeito de Porto Alegre, secretário de obras do governo do Rio Grande do Sul, governador do Rio Grande do Sul, fundador e presidente do PDT, considerado um dos ícones do trabalhismo. Cunhado de João Goulart 	<ul style="list-style-type: none"> - Bacharel em Direito e Formado em Letras, com livre docência e doutorado; - Professor universitário, - Fundador do PT; - Presidiu o IWP do PT na década de 1980; - Autor de dezenas de livros.
JARBAS PASSARINHO	JOSÉ PINOTTI	NELTON FRIEDRICH	LUÍS DULCI
<ul style="list-style-type: none"> Possui formação militar; - Foi governador e senador do estado do Pará, ministro do trabalho, da educação, da previdência (no regime militar), da justiça (no governo Collor de Melo); - Colaborador de revistas e jornais desde a adolescência e autor de dezenas de livros; - Pertenceu à Academia Paraense de Letras, ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Formado em Medicina, com pós-graduação em Itália; - Médico e professor universitário; - Foi reitor da Unicamp; - Foi secretário de educação e de saúde de governos no estado de São Paulo e deputado federal; - É autor de dezenas de livros. 	<ul style="list-style-type: none"> -Bacharel em Direito; - Advogado e agropecuarista; - Foi deputado estadual, deputado federal e secretário de estado no Paraná; - Genro de ex-deputado pelo Paraná, tinha ligação com a igreja católica, com questões ambientais e agrárias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Licenciado em Letras; - Professor do Ensino Superior e Médio; - Sindicalista, deputado federal entre 1983 e 1986; - Secretário de governo e de cultura na cidade Belo Horizonte.
ANA AMÉLIA LEMOS	ELISEU PADILHA	MANOEL DIAS	MARCIO POCHMAN
<ul style="list-style-type: none"> -Formada em Comunicação Social (PUC/RS); - Jornalista, trabalhou nos principais veículos de comunicação do Rio grande do Sul; - Casada com o Senador pelo RS, Octávio Cardoso; - Trabalhou em Brasília nas últimas décadas como repórter e comentarista da área de política da Rede Brasil Sul (afiliada à rede Globo); -Senadora eleita em 2010. 	<ul style="list-style-type: none"> - Bacharel em Direito com pós-graduação em filosofia, direito processual civil, direitos reais, direitos políticos, marketing e holdings; - Advogado e empresário; - Líder e presidente da Associação Comercial e Industrial de Tramandaí; - Elegeu-se prefeito desta cidade, deputado federal, secretário dos Negócios do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul e ministro dos transportes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Bacharel em Direito; -Advogado; - Ex-vereador, ex- deputado estadual e ex-diretor do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), ligado diretamente à liderança de Leonel Brizola 	<ul style="list-style-type: none"> - Formado em Economia, com mestrado em Ciência Política e Doutorado em Economia; - Professor Universitário; - Secretário Municipal do Trabalho e Solidariedade em São Paulo e Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do governo federal - Autor de 44 livros, 112 artigos em revistas especializadas e 117 capítulos de livros.

Fontes: CPDOC, Senado Federal e Câmara dos Deputados.

Os primeiros presidentes da década de 1980, aqueles que exerceram o posto no ano de 1995 e os atuais espelham, então, o aumento da profissionalização política e da especialização, mas explicitam igualmente as transformações que passaram as siglas e o lugar dos agentes reputados como “aptos” a dirigir esses lugares de formulação/explicação intelectual no seu interior. No PP predominam quadros cujas carreiras e famílias são ligadas ao regime militar e à Arena, assim como à genealogia de partidos que a sucederam. No PMDB, há a prevalência de lideranças oriundas do MDB ou da criação do PMDB e a progressiva substituição de agentes advindos da resistência à ditadura militar por perfis mais moderados e titulados; ao passo que para o PDT é possível estimar a centralização da organização partidária e da fundação nas mãos de Leonel Brizola (presidente na maior parte do período) e de pessoas da sua confiança como veículos de gestão do “legado” e do “espólio” trabalhistas. Por fim, no PT, repara-se a passagem da “fase heróica”, que se aproximaram intelectuais e sindicalistas na nova sigla, para a profissionalização dos quadros

oriundos do sindicalismo e dos movimentos sociais, bem como a absorção da linguagem mais técnica de exercício da política³⁸.

Considerações finais

Os institutos e as fundações existem como lugares que são compósitos e propícios à maximização de saberes e práticas, especialmente com vistas a conquistar e a sedimentar adesões a causas e projetos concorrencialmente forjados e que, não raro, também estão endogenamente em disputa. Entretanto, a exigência legal de constituição e as características assumidas pelas fundações (ao menos aquelas explicitadas virtualmente), conduzem a pensar sobre condicionantes que, ao mesmo tempo, constroem e favorecem meios de intervenção. Por exemplo, repara-se que as novas fundações já são criadas sob bases mais institucionalizadas e se espelham nos modelos mais organizados e bem sucedidos, o que, aliado a certas configurações partidárias e disposições profissionais e militantes de seus membros, possibilitam-nas a mais facilmente movimentar-se nesse espaço. Assim como algumas fundações mais antigas e consolidadas, de grandes partidos, aproveitaram as oportunidades das mudanças na legislação para aprimorar sua organização, bem como se armaram de quadros mais técnicos para enfrentar o estado da competição esboçado. Ao passo que outras entidades, criadas em partidos com quadros políticos dotados de baixos volumes de capitais políticos e econômicos e culturais, com lideranças de menor notoriedade pessoal e política, desprovidos de condições de lograrem êxito em competições eleitorais, logo, de acumularem cargos eletivos e distribuírem cargos administrativos, também encontraram terreno fértil nas fundações para maximizar seus investimentos de proselitismo político.

Ao distribuir as características arroladas no texto entre fundações e seus respectivos partidos, nota-se que três fatores interferem no investimento de organização e profissionalização dessas entidades: 1) a representatividade medida em termos de mandatos conquistados e penetração eleitoral; 2) o tempo de existência dos partidos e das fundações; 3) e a caracterização social e ideológica dos quadros dirigentes. Ou seja, em primeiro lugar, observa-se a tendência a serem instituídas e incrementadas nos chamados grandes partidos; em segundo lugar, parecem planejadas no âmbito de siglas partidárias inscritas na história política brasileira e/ou que investiram na criação de institutos ou fundações desde a década de 1980; e, em terceiro lugar, vinculadas a partidos constituídos de lideranças oriundas de movimentos sindicais, estudantis, comunitários, etc., assim como advindas de extração social mais baixa e que, por esse motivo, tendem a valorizar ainda mais espaços desse tipo.

³⁸ Além dos casos arrolados no quadro, foram identificados e analisados 08 ex-presidentes da FMC; 10 FUG; 03 da FLB-AP; e 06 da FPA.